

PROPOSTA DE METODOLOGIA PARA CRIAÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL URBANO

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2024.60.15788>

Submetido em: 6/3/2024

Aceito em: 3/6/2024

Osmar Faustino de Oliveira¹; Jandir Ferrera de Lima²

RESUMO

O objetivo do presente estudo é propor uma metodologia para analisar o perfil do desenvolvimento territorial urbano ante a ausência de procedimentos metodológicos quantitativos que permitam verificar as condições de vida de populações urbanas a partir da concepção de território urbano. A metodologia empregada nesta investigação consistiu em uma pesquisa bibliográfica e quantitativa. Para realizar a estimativa do índice é necessário compor duas dimensões, a Qualidade de Vida (QV) e a Estrutura Urbana (EU), cada uma delas composta por quatro variáveis e parâmetros similares. Os resultados do Índice de Desenvolvimento Territorial Urbano permitem o monitoramento das condições de vida nas áreas urbanas, tendo como elementos as características econômicas e sociais.

Palavras-chave: território; desenvolvimento urbano; economia urbana; desenvolvimento econômico.

PROPOSED METHODOLOGY FOR CREATING THE URBAN TERRITORIAL DEVELOPMENT INDEX

ABSTRACT

The objective of this study is to propose a methodology to analyze the profile of urban territorial development, given the lack of quantitative methodological procedures that allow verifying the living conditions of urban populations, based on the conception of urban territory. The methodology used in this investigation consisted of bibliographic and quantitative research. To estimate the index, it is necessary to compose two dimensions, Quality of Life (QOL) and Urban Structure (EU), each of which is composed of four similar variables and parameters. The results of the Urban Territorial Development Index allow monitoring of living conditions in urban areas, taking economic and social characteristics as elements.

Keywords: territory; urban development; urban economy; economic development.

¹ Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Toledo/PR, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-8341-9154>

² Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Toledo/PR, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-0359-0670>

INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é propor uma metodologia com indicadores para monitorar o desenvolvimento territorial urbano. A necessidade dessa discussão surge ante a necessidade de procedimentos metodológicos simples que permitam aos pesquisadores perceberem mudanças qualitativas e quantitativas nas condições de vida da população numa escala urbana, mas envolvendo a concepção de território.

Para tal, o presente estudo traz à tona uma abordagem metodológica para se estimar um Índice de Desenvolvimento Territorial Urbano (IDTU). Segundo Nogueira e Santos (2012) e Ferrera de Lima (2022), os índices refletem um conjunto de indicadores, ou seja, eles são valores numéricos que representam um conjunto de dados estatísticos, apresentam informações e apontam o comportamento de determinadas variáveis em um espaço específico.

Assim, considerando a importância de índices para monitorar o processo de Desenvolvimento Territorial Urbano, o IDTU relaciona, de um lado, indicadores da estrutura urbana, e, de outro, indicadores da qualidade de vida que a população afeita e almeja num espaço de aglomeração apropriado e vivido, denominado território urbano. A junção das duas dimensões reflete o desenvolvimento territorial urbano. Consequentemente, o IDTU oferece elementos que permitem o monitoramento e a observação da evolução das condições de vida no espaço urbano ao longo do tempo, o que o torna um instrumento de avaliação e acompanhamento de políticas públicas de desenvolvimento urbano.

Para a compreensão conceitual de território, desenvolvimento e espaço urbano, que são as categorias que dão a base a esta proposta, no próximo tópico eles serão explorados de forma sucinta para a construção do conceito de “desenvolvimento territorial urbano”. Na sequência, a partir da discussão teórica é proposta a abordagem metodológica para a estimativa de um Índice de Desenvolvimento Territorial Urbano (IDTU). As considerações finais fazem um fecho e uma breve discussão sobre a temática proposta, seguida das referências bibliográficas empregadas neste texto.

REFERENCIAL CONCEITUAL

Para compreender a ideia de desenvolvimento territorial urbano há que se observar três elementos que compõem o conceito: o território, o desenvolvimento e o espaço urbano.

Território

O território envolve questões políticas, sociais, econômicas e, em especial, relações de poder. Logo, é necessário entender seu significado. Dentre os autores brasileiros, um autor clássico para explicar a concepção de território foi o geógrafo Milton Santos, que possui vários estudos sobre a temática. Santos (1993, 2000, 2002) observa que o território não é somente baseado na ideia de Estado-Nação. O autor, ao utilizar o termo território, assinala um conjunto de objetos e ações, sinônimo de espaço humano e habitado, além de abrigar novas formas, como lugares unidos e lugares em rede. No período contemporâneo, o território sofre a influência da globalização do dinheiro e a transnacionalização dos intercâmbios, sob o padrão do meio técnico-científico da ciência, tecnologia, informação e inovação.

O território também é considerado como demarcado, construído e desconstruído por relações de poder que envolvem atores que conquistam o território com as suas ações ao longo do tempo. Por conseguinte, essa delimitação pode não ocorrer de maneira concisa, pois pode ser irregular e mudar historicamente, bem como acontecer uma diversificação das relações econômicas e sociais em um determinado jogo de poder. Então, o território são as formas do espaço geográfico, mas o território usado também são os objetos e as ações, sinônimo de espaço humano e habitado, formado por lugares contíguos e lugares em rede. O uso do território pode ser definido pelo implante de infraestruturas de comunicação e logística, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade (Santos, 1993; Santos; Silveira, 2001).

O território não é apenas embasamento do Estado-nação, mas território usado, e assinala o conjunto de objetos e ações, sinônimo de espaço humano e habitado, além de refugiar novos retalhos, podendo ser aperfeiçoado no período contemporâneo por lugares adjacentes e lugares em rede. Uma outra abordagem do território é o político-estatal, que são as chamadas sociedades territoriais, dependentes pelo modo de produção vigente no aparelho internacional, pelo sistema político nacional e pela relação entre modo de produção atual e seus precedentes. Com isso, as sociedades territoriais caracterizam a dinâmica histórica de um território, seu motor histórico de mutação (Fuini, 2015).

Santos (1994) relata que o território é o meio, o lugar material da possibilidade dos eventos. No aspecto econômico, o autor reconhece categorias analíticas específicas e internas no território, tais como paisagem, configuração territorial, divisão territorial do trabalho, espaço produzido ou produtivo, rugosidades, formas-conteúdo.

Haesbaert (2012) parte do entendimento ontológico do território. Ontológico no sentido de uma reflexão sobre o território físico e não de um sentido meramente epistemológico. O autor considera que se pode definir o território tanto como realidade físico-material quanto realidade ideal, quais sejam: de um lado as posições “naturalistas”, nas quais a territorialidade humana é moldada por comportamentos instintivos ou geneticamente determinados; e, no outro, as posições “sociais” nas quais o território comparece como base material das relações de poder.

Diferentemente dos autores já citados, Lefebvre (2006) concebe o território com uma concepção na qual ele retrata a presença de um poder ou autoridade superior. Logo, entende-se que território e espaço social são constituídos a partir de relações de poder consentidas. O conceito de território implica uma forma de apropriação do espaço a partir de relações de poder. Nesse sentido, é um conceito-chave que parte de uma circunscrição do espaço social a partir da problemática política do uso do poder, permitindo, assim, análises dos processos de territorialização no espaço. Isto é, o território é movido por forças políticas, e essas forças estão relacionadas por meio de uma certa autoridade que cria as leis e molda um determinado território.

Para Raffestin (1993), o território é a assimilação ou apropriação concreta ou abstrata do espaço por um ator sintagmático. Ou seja, o território é um espaço político de um ou mais atores mediatizados pelas relações de poder. Ambos não percebem território e rede de produção como antagônicos, mas, sim, como sinônimos.

Claval (1999) identifica três categorias que definem o território:

- a) as relações de poder, que é a apropriação do espaço por um grupo. Pertencem a este eixo a questão da soberania, o controle e as várias escalas da territorialidade;

- b) a presença do fato social, a questão da naturalização do território, ou seja, a naturalização é um processo mental interpretativo que não cria a desigualdade ou qualquer outro fenômeno e nem é sua causa, é uma ideologia ou representação que a reproduz e reforça.
- c) a percepção do espaço vivido. Assim, o território é material e simbólico, com destaque para o símbolo, a identidade, o pertencimento e a cultura, que lhe qualificam como espaço vivido.

É interessante observar as ideias dos autores sobre o território e sua relação com o Estado. Lefebvre (2006), Raffestin (1993) e Claval (1999) dão ênfase à concepção de território como um espaço envolvido por relações de poder, afirmando que Estado é o centralizador e a representação do poder. Pode-se entender que território, a partir da concepção destes autores, converge em um ponto em comum, mas, ao mesmo tempo, existe uma relação entre eles quando vão definir o que é território, qual seja: as relações de poder.

Para Joyal (2019), diferente da região, o território corresponde especialmente a um lugar habitado e organizado pelo homem. Este último pode ser deixado à própria sorte, ser assinalado por uma alta taxa de desemprego, com todos os problemas sociais que se seguem, tais como violência, drogas, suicídios. Se a evocação para o desenvolvimento local gera um ambiente organizado, logo é pelo desenvolvimento territorial que as pessoas se inspiram na abordagem do desenvolvimento localizado, que ocorre em lugares específicos, numa escala geográfica menor que a região.

Na concepção de Joyal e Bessa (2012), os territórios que atingem um certo grau de desenvolvimento são aqueles que são erguidos por redes de influência mútuas e permanentes e que favorecem os métodos de coordenação, com base em valores comuns. A melhor forma de organizar um território é compartilhar a sua inteligência, seu modo de organização e gestão. Este é um dos aspectos essenciais para o desenvolvimento local e regional.

Prontamente, um dos identificadores mais indicados para delimitar a importância de um território são as conexões entre a identidade, a cultura, a sinergia e a rede organizativa. Os vínculos constituem os gradientes de enraizamento, contorno, confiança, pertencimento, sinergia, cooperação e solidariedade, como também informações e processos centrais na distinção do desenvolvimento territorial (Saquet, 2019).

Os autores Joyal (2019), Joyal e Bessa (2012) e Saquet (2019) convergem com a ideia de que o território envolve aspectos sociais, econômicos, ambientais, demarcações, espaço vivido, localização das atividades produtivas, vínculos sociais e econômicos, identidade e cultura. Tudo isso é território e ocorre em uma escala específica, que, no caso desse estudo, é a escala do urbano, da cidade.

A partir desta contextualização, no próximo tópico pode-se compreender a expressão desenvolvimento territorial.

DESENVOLVIMENTO

Segundo Bresser-Pereira (2006), o desenvolvimento é entendido como um fenômeno histórico que se dá ao longo do tempo. Ele passa a incidir nos espaços que crescem no modo de produção capitalista, caracterizado pelo avanço da produtividade e da renda por habitante,

seguido por acúmulo de capital e incremento no progresso. Ou seja, de um lado expandem-se as atividades produtivas que incrementam o emprego e a produtividade, o que aumenta o acesso à renda e melhora as condições de produção e o *habitat*.

Na concepção de Furtado (1984), o desenvolvimento compreende transformações estruturais que acontecem a partir de um determinado sistema de valores e de determinada composição social. O desenvolvimento não ocorre de forma natural, pois é o resultado de decisões adotadas por sujeitos inseridos dentro de uma conjuntura social e que ocupam posições de força no sistema de uma determinada sociedade, motivando os rumos desse processo. Ao se desenvolver, uma sociedade transforma sua estrutura produtiva, contudo sua escala de valores, o grau em que a renda se desenvolve e o equilíbrio de forças, tende a modificar-se ao longo do período.

Ao ligar a ideia de desenvolvimento com a ideia de território, Saquet (2019) define desenvolvimento territorial como a vivência de vínculos, conexões produtivas, tradições e inovações, analogias de confiança, reconhecimento e identidade entre sujeitos e empresas. O desenvolvimento territorial reflete mudanças e permanências, como também as memórias e identidades, relações de pertencimento e confiança do local, redes de cooperação e especialização produtiva, concorrência e dominação. Logo, para o referido autor, um dos identificadores mais apontados para demarcar a importância de um território são os vínculos entre a identidade, a cultura, a sinergia e a rede organizativa. Os vínculos compõem os gradientes de enraizamento, contorno, confiança, pertencimento, sinergia, cooperação e solidariedade, como também conhecimentos e ações centrais na grandeza do desenvolvimento territorial.

Segundo Dallabrida (2019, 2020), o desenvolvimento territorial é entendido como uma ação de mudança de forma continuada, localizado tanto na história e territorialmente, mas integrado em dinâmicas intraterritoriais, supraterritoriais e globais, sendo amparado na potenciação dos recursos e ativos existentes no local, com vistas à dinamização econômica e à melhoria da qualidade de vida de determinada população. Assim, o desenvolvimento territorial é um processo que ocorre dentro do território e o modifica, resultando das práticas de territorialidade.

Neste sentido, o território além de suporte para alocar atividades relacionadas às suas características de patrimônio territorial, passa a ter um papel ativo no planejamento, sendo decorrência de processos históricos de construção e reconstrução de espaços geográficos. De tal modo, a concepção patrimonial do território introduziu na área do planejamento territorial uma forte inovação no processo de configuração territorial (Dallabrida, 2019, 2020).

Dallabrida *et al.* (2019), Dallabrida (2020) e Dallabrida *et al.* (2023) afirmam que o patrimônio territorial adquiriu destaque na discussão sobre o desenvolvimento territorial, como externalidade positiva ou negativa, e é estimado como um avanço em relação à discussão sobre capital territorial. A ativação do patrimônio territorial reflete o *start* nas potencialidades de um determinado território para alcançar o seu desenvolvimento. O desenvolvimento territorial implica a capacidade de ativar as potencialidades de um determinado território.

Dallabrida *et al.* (2019) e Dallabrida *et al.* (2023) trazem a questão de que se deve pensar e agir nos processos de desenvolvimento territorial, pois o esse não é sinônimo de crescimento econômico, mas está atrelado a questões relacionadas à inclusão social e à sustentabilidade ambiental. Ou seja, a ideia de desenvolvimento territorial, indiferente da sua escala, não

permite a deterioração dos ecossistemas nem o aumento das desigualdades sociais. No caso, as instituições são intermediadoras no procedimento de conversação entre o poder público e os atores sociais nos territórios para a construção de políticas públicas para o desenvolvimento territorial.

Já a noção de desenvolvimento urbano, para Bruno (2020), está unida ao processo de produção das cidades, apoiado, por sua vez, por relações que tomam lugar no espaço. Envolve os aspectos políticos, institucionais, econômicos, sociais, culturais, ambientais e fundiários, como o uso e posse da terra e as estruturas históricas das cidades, isto é, as condições e os legados da formação, que compõem, de maneira múltipla e complexa, essas relações, que foram e continuam se transformando ao longo dos anos.

Entender o território, portanto, é essencial para compreender o significado do termo desenvolvimento territorial urbano, pois este consiste em crescimento das atividades produtivas associado a melhoras na qualidade de vida da população de um determinado território caracterizado pela urbanização. A urbanização é caracterizada pela formação de uma aglomeração humana estruturada numa determinada zona, ordenada e regida por um ente federativo do município e suscetível de transformação nas suas estruturas sociais. Na medida em que a estrutura urbana avança, ela deve gerar qualidade de vida. A melhoria na qualidade de vida pressupõe o fortalecimento de vínculos sociais, econômicos e culturais e qualidade de vida para a sociedade.

Espaço Urbano

Segundo Corrêa (2015) o espaço urbano é um conjunto de diferentes usos da terra sobrepostos entre si. Os usos determinam áreas, por exemplo, o centro da cidade, no qual este é o ponto de concentração de atividades comerciais, de serviço e de gestão. Também há extensões industriais e áreas residenciais caracterizadas em circunvizinhanças de forma e de fundo social, como as áreas de lazer, etc. Este conjunto de usos da terra é a organização espacial da cidade ou meramente o espaço urbano fragmentado. O espaço urbano fragmentado e articulado, imagem, condicionante social, são um conjunto de emblemas e campo de lutas.

O espaço urbano aparece como um lócus de heterogeneidade das relações sociais e econômicas (Freitas; Ferreira, 2011). Então, é no espaço urbano que se encontra a produção, a comercialização, os investimentos e as transações que conformam a dinâmica da circulação do dinheiro no território. É onde encontram-se as diferenças sociais de apropriação do dinheiro que circula e dos lucros promovidos pelo Estado e pelo empreendimento privado, trazendo impactos territoriais de ordem socioespacial.

O espaço urbano revela-se como os lócus da diversidade de relações sociais e econômicas, sendo a expressão da principal base territorial para o desenvolvimento do capitalismo a cidade. O espaço urbano torna-se também os lugares da produção. Ilustra, ainda, que a cidade não é só produto da história, mas reproduz a história do morar, do habitar, do trabalhar, do comer e do beber, enfim, do viver, ou seja, de relações sociais e econômicas (Oliveira, 2019).

Desse modo, a partir do conceito de território, desenvolvimento e espaço urbano, considera-se desenvolvimento territorial urbano as contínuas melhorias na estrutura do espaço urbano e nas condições de vida da população que habita as áreas urbanizadas, gerando, assim, bem-estar socioeconômico. Espaço urbano é entendido como o local dentro do município, que

é delimitado pelo zoneamento urbano e destinado à aglomeração, moradias e localização de atividades terciárias e secundárias. Nesse aspecto, o desenvolvimento territorial urbano reflete a qualidade de vida da população urbanizada e as melhorias na estrutura urbana.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para estimar o Índice de Desenvolvimento Territorial Urbano (IDTU), seja de um município ou de um conjunto de municípios de dada Região, demanda-se a estimativa de duas dimensões, quais sejam: Qualidade de Vida (QV) e Estrutura Urbana (EU). Cada dimensão possui quatro conjuntos de variáveis.

Para estimar os indicadores da dimensão Qualidade de Vida (QV) é possível usar *proxies*, tais como: Grau de Formalização da Força de Trabalho Urbana (GF), Participação do PIB *per capita* Urbano Municipal (PIBp), Participação da Despesa Municipal de Urbanismo e Habitação (PDM) e Participação da População Instruída na População Total (GPOP). Essas variáveis relacionam-se diretamente com a abordagem teórica do desenvolvimento territorial e remetem às condições de vida do capital humano e às condições produtivas.

Já as variáveis dos indicadores da dimensão Estrutura Urbana (EU) podem ser compostas pelos seguintes dados: Participação do Investimento Municipal (PIM), Participação do Transporte Coletivo na Mobilidade (TCM), Participação da Receita Orçamentária Municipal em R\$ (Prom) e a Participação das Despesas com Saúde e Saneamento (PDSS). Os dados sugeridos refletem a manutenção e a preservação da infraestrutura urbana tanto para auferir condições de vida dignas quanto para fortalecer o desenvolvimento humano.

Para as dimensões foi atribuído o peso de 50% (ou 0,5) na sua participação na composição do índice final. O rol de indicadores de cada dimensão recebeu o peso de 0,25 (ou 25%). O estabelecimento de pesos iguais *a priori*, a partir da percepção do pesquisador, não invalida o IDTU, pois considera que cada variável tem um impacto igual ao longo do tempo no processo de desenvolvimento. Além disso, os estudos de Gaffuri e Alves (2022), que analisaram e estimaram um índice para o crédito rural no âmbito das regiões de um estado brasileiro, de Szer *et al.* (2014), que criaram um índice para analisar o empreendedorismo na União Europeia, de Souza e Alves (2011), que estudaram a reestruturação produtiva das regiões brasileiras, de Wang (2007), que analisou o posicionamento no desenvolvimento de províncias chinesas e de Gualda (1995, 2003), que examinou o desenvolvimento regional paranaense a partir da formação de um índice de desenvolvimento regional, são referências que reforçam e são precedentes da operacionalidade do procedimento adotado.

Então, para chegar ao resultado do IDTU o primeiro passo é obter as variáveis e seus respectivos pesos, e, logo após, as dimensões com seus pesos para se chegar ao IDTU, como será apresentado na sequência.

Estimativa das dimensões e do Índice de Desenvolvimento Territorial Urbano Municipal de uma dada região

Nesse tópico serão apresentados os procedimentos para a estimativa dos indicadores que compõem as duas dimensões do IDTU, quais sejam: a Qualidade de Vida (QV) e a Estrutura Urbana (EU).

A Qualidade de Vida (QV)

Para fazer a estimativa da dimensão QV para cada município é necessário realizar a estimativa de indicadores, quais sejam: grau de formalização da força de trabalho urbana (GF); participação do PIB *per capita* urbano municipal (PIBp); participação da despesa municipal de urbanismo e habitação (PDMU); participação da população instruída na população total (GPOP), conforme segue:

$$GF = EF \div PEAM \quad (1)$$

Em que:

GF = Grau de formalização da força de trabalho urbana

EF: Emprego formal urbano dos municípios

PEAM: População Econômica Ativa (PEA) Urbana Municipal

A PEA refere-se à população que está na força de trabalho, seja ocupada ou desocupada. A soma da população que está ocupada com a que está desocupada é igual à PEA, englobando tanto o mercado de trabalho formal quanto o informal. Os dados referentes à PEA Urbana Municipal podem ser coletados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Uma proxy para a PEA é a PEA formalizada, coletada dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais). Embora considere apenas o mercado de trabalho formal, a PEA formal também é um bom termômetro para avaliar o mercado de trabalho, uma vez que esse também sofre influência das transformações conjunturais da economia.

O IBGE (2023) não dispõe de estimativas de população por situação de domicílio urbano e rural. Assim, pode-se estimar a população urbana utilizando as estimativas da população total do município foco. O método usado para estimar a população urbana e rural é o empregado em projeções da população, que utiliza como base a projeção do número total de pessoas por município. As informações necessárias são: população total projetada por município e população total, urbana e rural de cada município nos últimos Censos para estimar o ritmo de crescimento urbano, medido pela diferença entre o crescimento da população urbana e rural no período comparado, conforme descrito por Gonzaga (2023, p. 5), apresentado na equação 2.

$$U^{t+n} = \left(\frac{T^{t+n} + dR^t}{T^t} \right) U^t \quad (2)$$

U^{t+n} = População urbana do município para o ano t+1;

T^{t+n} = População total estimada do município no t+1;

d = diferença entre as taxas de crescimento urbana (u) e rural (r) do município;

R^t = População rural do município no tempo t;

T^t = População total do município no tempo t; e

U^t = População urbana do município no tempo t

A partir da equação 2 tem-se um instrumento de cálculo para estimar a população urbana de determinado município com os dados disponíveis das populações total, urbana e rural obtidos nos Censos populacionais e contagem da população disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para o cálculo da participação do PIB Urbano dos municípios de uma região usa-se a equação 3:

$$PIBp = PU \div PUTR \quad (03)$$

Em que:

PIBp = Participação do PIB per capita urbano municipal

PU: PIB per capita Urbano Municipal

PUTR: PIB Urbano per capita de determinada região ou município

É necessário, inicialmente, estimar o PIB *per capita* médio da região na qual o município está inserido para cada ano. Para isso, soma-se o PIB *per capita* de cada município e divide-se pelo número de municípios. Em seguida, divide-se o PIB *per capita* de cada município pelo PIB *per capita* médio de uma determinada região.

O PIB *per capita* é estimado a partir da divisão entre o Produto Interno Bruto (PIB) de cada município pela sua respectiva população em cada ano. Para o caso de períodos nos quais não haja dados oficiais, o procedimento utilizado para os valores é a equação da reta. Para tal, elabora-se um gráfico de dispersão para cada município a partir dos dados disponíveis do PIB *per capita* e, a partir da equação linear observada nesse gráfico, calcula-se o valor faltante de cada município. Embora seja um indicador volátil às transformações socioeconômicas, a extrapolação para um ano à frente não inviabiliza o resultado, uma vez que os erros podem ser irrisórios.

Ainda sobre a dimensão QV é estimada a participação da despesa municipal de urbanismo e habitação (PDM), conforme equação 4:

$$PDM = UH \div UHTR \quad (4)$$

Em que:

PDM = Participação da despesa municipal de urbanismo e habitação

UH: Despesa com Urbanismo e Habitação

UHTR: Total da Despesa com Urbanismo e Habitação de uma região

Os dados que compõem a equação 4 podem ser coletados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), os quais já estão devidamente deflacionados, ou no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cujos dados estão em valores correntes.

Para a estimativa da participação da população instruída na população total (GPOP) dos municípios da região, é usada a equação 5:

$$GPOP = GI \div POPTotal \quad (5)$$

Em que:

GPOP = Participação da população instruída na população total

GI: Grau de Instrução

POPTotal: População Total dos municípios

Para o GI foi considerada a população com Ensino Médio completo e Ensino Superior completo. Segundo dados da Rais (2023), essas duas modalidades de instrução são as mais significativas no mercado de trabalho formal brasileiro.

Na sequência, o QV é estimado conforme a equação 6:

$$QV = (GF_{*0,25} + PIBp_{*0,25} + PDM_{*0,25} + GPOP_{*0,25})_{*0,5} \quad (6)$$

Em que:

GPOP= Participação da população instruída na população total;

PIBP = Produto Interno Bruto per capita;

PDM: Participação da Despesa Municipal com Urbanismo e Habitação;

GF= Grau de Formalização da Força de Trabalho Urbana.

A interpretação do QV leva em consideração a sua grandeza, ou seja, quanto maior o resultado do QV melhor será a Qualidade de Vida no território urbano ao longo do tempo.

A Estrutura Urbana (EU)

Para fazer a estimativa da dimensão Estrutura Urbana (EU) de cada município é necessário realizar a estimativa dos seguintes indicadores: Participação do Investimento Municipal (PIM); Participação do Transporte Coletivo na Mobilidade (TCM); Participação da Despesa com Saúde e Saneamento Municipal (PDSS); Participação da Receita Orçamentária Municipal (PROM).

Para o cálculo da Participação do Investimento Municipal é necessário a equação 7:

$$PIM = IM \div IMTR \quad (7)$$

Em que:

PIM = Participação do Investimento Municipal

IM = Investimento Municipal em R\$

IMTR = Investimento Municipal Total de uma Região

Ainda na dimensão EU foi estimada a Participação do Transporte Coletivo na Mobilidade (TCM), utilizando a equação 8:

$$TCM = TC \div TFVP \quad (8)$$

Em que:

TCM = Participação do Transporte Coletivo na Mobilidade

TC = Transporte Coletivo

TFVP = Total Frota Veículos de Passeio

No Transporte Coletivo são consideradas as frotas de ônibus, vans e micro-ônibus e os veículos de passeio: carros e motos. Então, utilizando a equação 7 foi obtida a Participação do Transporte Coletivo na Mobilidade dos municípios de uma região ou município.

Outro indicador para obter a dimensão EU é a Participação da Receita Orçamentária Municipal (Prom), que teve como base a equação 9:

$$PROM = RO \div ROTR \quad (9)$$

Em que:

PROM = Participação da Receita Orçamentária Municipal em R\$

RO = Receita Orçamentária Municipal em R\$

ROTR = Receita Orçamentária Total de uma região em R\$

Outra variável que compõe a dimensão Estrutura Urbana (EU) é a participação das despesas com Saúde e habitação, que é obtida por meio da equação 10:

$$PDSS = SS \div SSTR \quad (10)$$

Em que:

PDSS = Participação das Despesas com Saúde e Saneamento;

SS = Despesa com Saúde e Saneamento;

SSTR = Despesa com Saúde e Saneamento Total de uma região ou município.

Para estimar o EU se usa a equação 11. Os resultados do EU tem como parâmetro de análise a grandeza, ou seja, quanto maior o resultado do índice melhor estará a Estrutura Urbana do território urbano ao longo do tempo.

$$EU = (TCM_{*0,25} + PIM_{*0,25} + PROM_{*0,25} + PDSS_{*0,25}) * 0,5 \quad (11)$$

Feita a coleta dos dados, verificados os indicadores e suas respectivas dimensões, na sequência foi estimado o Índice de Desenvolvimento Territorial Urbano (IDTU) de cada município, conforme equação 12:

$$IDTU_i = QV_i + EU_i \quad (12)$$

Em que:

IDTU = Índice de Desenvolvimento Territorial Urbano do município i;

QV = dimensão qualidade de vida do município i;

EU = dimensão estrutura Urbana do município i.

Com a realização da equação 12 obtém-se o Índice de Desenvolvimento Territorial Urbano de cada município de uma determinada região. O IDTU varia de zero a 1, posto que quanto mais próximo da unidade melhor será o desenvolvimento territorial urbano. Ou seja, para obter o Índice de Desenvolvimento Territorial Urbano (IDTU) foi necessário estimar suas duas dimensões: a Qualidade de Vida (QV) e a Estrutura Urbana (EU). Cada indicador das duas dimensões possui um peso de 0,25 (25%), e as duas dimensões possuem um peso de 0,5 (50%). Calculando as duas dimensões usa-se a equação 12 para obter o indicador territorial de cada município.

O estabelecimento de pesos iguais *a priori*, a partir da percepção do pesquisador, não invalida o IDTU, pois considera que cada variável tem um impacto igual ao longo do tempo no processo de desenvolvimento.

No caso, a critério do(a) pesquisador(a) podem-se fazer ajustes pontuais na formatação do índice sem perder sua essência. Por exemplo: dados de emprego formal podem ser substituídos por dados gerais de emprego disponibilizados pelo IBGE, levando em consideração

aspectos conceituais. Da mesma maneira, dados do PIB podem ser substituídos por dados de Valor Adicionado. Da mesma forma, a dimensão Estrutura Urbana (EU) pode ser adaptada utilizando-se de outras variáveis, tais como: saneamento básico por domicílio, água potável por domicílio, energia elétrica por domicílio, além do transporte coletivo, conforme natureza da pesquisa desenvolvida.

TESTE EMPÍRICO DO IDTU

Para testar o IDTU usou-se como área de estudo a Região Metropolitana de Natal (RMN). A RMN possui 15 municípios na sua composição, com uma população total de 1,52 milhão de habitantes, isto é, 46,2% de toda a população do Rio Grande do Norte (RN). Os municípios que fazem parte da RMN são: Natal (cidade polo e capital do RN), Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Extremoz, Macaíba, Ceará-Mirim, Nísia Floresta, São José de Mipibu, Vera Cruz, Monte Alegre, Maxaranguape, Arês, Goianinha, Ielmo Marinho e Bom Jesus. A maior parte da dinâmica econômica, funcional e demográfica metropolitana está concentrada nos municípios de Natal, Parnamirim, Extremoz, Macaíba e São Gonçalo do Amarante que, juntos, perfazem 1,2 milhão de habitantes (Clementino *et al.*, 2019; Silva; Lima, 2023; IBGE, 2023).

Para coletar os dados apresentados na Tabela 1 foi necessário recorrer à base de dados de diferentes organizações do setor público, quais sejam: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Ipeadata; Relação Anual de Informações Sociais (Rais), disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE); Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MI); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra); Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) do IBGE; e Ministério da Infraestrutura e da Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran).

Os dados, suas siglas, suas fontes e a dimensão para a qual os indicadores foram utilizados estão descritos na Tabela 1.

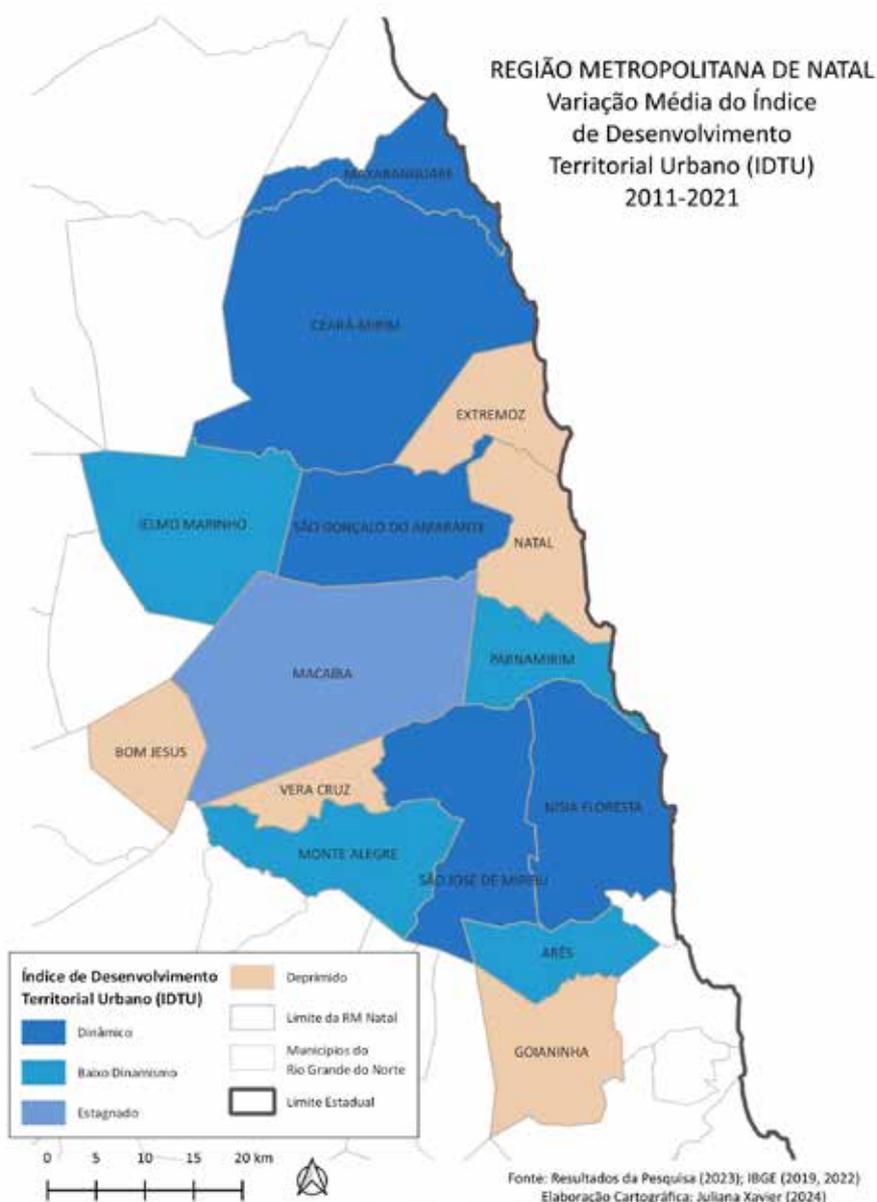
Tabela 1 – Fonte dos dados dos indicadores de Qualidade de Vida (QV) e Estrutura Urbana (EU)

DADOS	FONTES	DIMENSÃO
Emprego Formal Urbano (EF)	Rais/TEM	QV
PIB Urbano (PU)	IBGE; Ipeadata	QV
Despesa com Urbanismo e Habitação (UH)	Ipeadata	QV
Grau de Instrução (GI)	IBGE/Rais/TEM	QV
Investimento Municipal (IM)	Ipeadata	EU
Transporte Coletivo (TC)	Senatran	EU
Despesa com Saúde e Saneamento (SS)	Ipeadata	EU
Receita Orçamentária (RO)	Ipeadata	EU
PIB Per capita (PP)	IBGE; Ministério da Economia	QV
População Urbana (POU)	IBGE	QV
População Total (POPTotal)	IBGE	QV
PEA Urbana (PEAU)	IBGE	QV

Fonte: Resultados da Pesquisa.

A Figura 1 ilustra a variação Média do IDTU na RMN, ou seja, do IDTU geral. Os municípios foram classificados de acordo com seu estado de desenvolvimento territorial urbano. Os municípios considerados dinâmicos foram os que apresentaram um excelente desempenho no indicador territorial. Os que apresentaram baixo dinamismo não estão em uma situação tão favorável, mas ainda possuem um certo grau de desenvolvimento territorial urbano. Os municípios que apresentaram estagnação não tiveram variação no desenvolvimento territorial urbano no período de análise da presente pesquisa. Por fim, há os municípios classificados como deprimidos, ou seja, obtiveram retração convergindo para os piores indicadores.

Figura 1 – Variação Média do Índice de Desenvolvimento Territorial Urbano nos municípios da Região Metropolitana de Natal (RMN) – 2011-2021



*Municípios inseridos na RM Natal até 2021 por Lei Complementar Estadual: Areal (LCE 559/15), Bom Jesus (LCE 648/19), Ceará Mirim (LCE 152/97), Extremoz (LCE 152/97), Goianinha (LCE 359/15), Ielmo Maranhão (LCE 540/15), Macaíba (LCE 152/97), Maracanguepe (LCE 485/13), Monte Alegre (LCE 315/05), Natal (LCE 152/97), Nísia Floresta (LCE 221/02), Panamirim (LCE 152/97), São Gonçalo do Amarante (LCE 152/97), São José de Mipibu (LCE 221/02) e Vera Cruz (LCE 391/09).

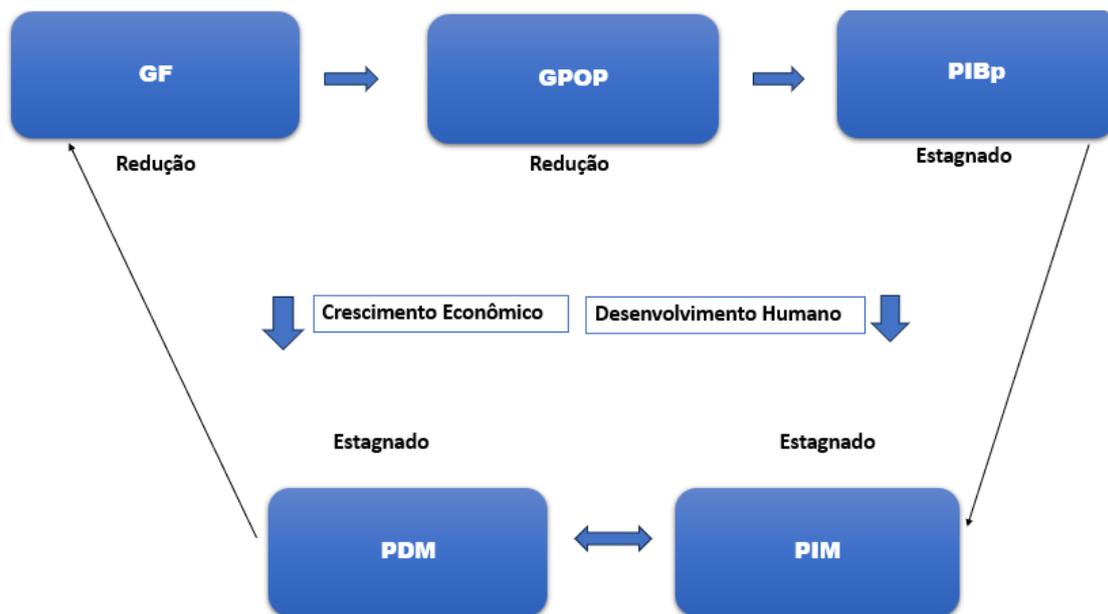
Fonte: Resultados da pesquisa.

Conforme a Figura 1 foi possível identificar os municípios que apresentaram um dinamismo positivo no IDTU na RMN no período, quais sejam: Maxaranguape, São Gonçalo do Amarante, Ceará-Mirim, São José de Mipibu e Nísia Floresta. Dos 15 municípios da RMN, apenas 5 obtiveram desenvolvimento territorial urbano significativo, conforme os resultados.

Os municípios da RMN que apresentaram baixo dinamismo foram: Ielmo Marinho, Parnamirim, Monte Alegre e Arês. O único município da RMN que se manteve estagnado no período de análise 2011 a 2021 foi Macaíba. Já os municípios apresentados de forma deprimida, ou seja, com baixo desenvolvimento territorial urbano, foram: Natal, Extremoz, Bom Jesus, Vera Cruz e Goianinha, ou seja, 5 municípios da RMN tiveram um negativo desempenho no IDTU no período.

A Figura 2 ilustra as dinâmicas das variáveis que afetaram as dimensões QV e EU nos municípios da RMN. As variáveis presentes identificam os desaceleradores do crescimento econômico e do desenvolvimento humano nos municípios da RMN, conseqüentemente relacionadas à EU e à QV, afetando o desempenho conjunto do IDTU. Cada variável tem seu impacto positivo ou negativo no desenvolvimento territorial urbano na RMN.

Figura 2 – Circuito vicioso do desenvolvimento territorial urbano da Região Metropolitana de Natal (RMN) – 2011-2021



Nota: PIBp = Produto Interno Bruto *per capita*; GF = Grau de Formalização da Força de Trabalho Urbana; PIM = Participação do Investimento Municipal; PDM = Participação da Despesa Municipal com Urbanismo e Habitação; GOP = Participação da População Instruída na População Total.

Fonte: Resultado da pesquisa.

Na Figura 2 percebe-se que uma redução ou estagnação no investimento municipal e/ou nas despesas com urbanismo e habitação, representado pelo PIM e PDM, respectivamente, afetam o grau de formalização da força de trabalho (GF). Sem emprego, a tendência é a mão de obra instruída (GOP) buscar outras oportunidades fora da área geográfica do município. O resultado é a retração do GOP e do Produto Interno Bruto *per capita* (PIBp). Ou seja, as reduções no PIM e PDM impactam diretamente o crescimento econômico e o desenvolvi-

mento humano no conjunto dos municípios da RMN. Os municípios que apresentaram baixo dinamismo e estagnação tiveram retrações ou pouca variação nas variáveis PIM e PDM.

Mesmo um crescimento do emprego em situações precárias não seria interessante para estimular a produtividade da economia. Isto é, um crescimento do emprego formal deve estar acompanhado de melhoria nas condições de vida dos trabalhadores, quiçá da QV.

Com isso, o Desenvolvimento Territorial Urbano da RMN e seus municípios é fortemente afetado pela política pública, representada pela Despesa Municipal em Urbanismo e Habitação (PDM) e o Investimento Municipal (PIM). A retração nesses indicadores coloca o município num circuito vicioso, qual seja: se o município não tiver condições de atrair investimentos externos ou transferências governamentais ou promover investimentos com recursos dos empresários locais, ele não terá condições de promover investimentos em dimensões da estrutura urbana que se relacionam com a qualidade de vida. Isso demonstra a dependência dos municípios com IDTU deprimido e estagnado precisando cada vez mais de transferências governamentais e dos investimentos públicos e privados. As transferências governamentais refletem as políticas públicas e os investimentos públicos direcionados aos municípios do Rio Grande do Norte (RN), e os investimentos privados refletem o ambiente de negócios, ou seja, as oportunidades que esses municípios oferecem para reter, expandir e/ou atrair empresas.

O PIB *per capita* estagnado demonstra uma produtividade estagnada, reflexo do baixo ou nenhum crescimento econômico, ou seja, o PIB não cresce a taxas maiores que as taxas da população. Assim, sem crescimento econômico, as receitas municipais são afetadas, sejam elas próprias ou oriundas das transferências do fundo de participação municipal. O resultado se vê no desenvolvimento humano pois, ao se prejudicar a criação, manutenção e conservação da infraestrutura, urbanismo e habitação, as oportunidades de emprego formal ficam reduzidas, impactando na formalização da mão de obra qualificada e na seguridade social da população.

Em relação aos gastos públicos, Almeida *et al.* (2019) relata que a capacidade de investimento dos entes estatais exerce um papel importante de cooperação perante municípios de regiões metropolitanas. Sendo assim, são necessários aportes regulares com investimento municipal. Então, num prazo mais extenso, fica nítida essa especificidade de gastos no desenvolvimento urbano e, conseqüentemente, na qualidade de vida. São gastos correntes com a manutenção de serviços de educação e saúde, como também gastos de capital, ou seja, em Estrutura Urbana (EU).

Conforme Souza e Miranda (2021, p. 129), a combinação de gastos públicos, isto é, as despesas e investimentos municipais com políticas públicas, promovem maior relação entre o desenvolvimento urbano e o regional, especialmente no que se refere aos municípios de pequeno e médio porte, pois “os gastos públicos são ingrediente importante na dinâmica das pequenas e médias cidades brasileiras, mas sobretudo naquelas que se apresentam como cidades intermediárias”, o que se aplica nas cidades ora em estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se com este estudo propor uma metodologia para abordar e discutir o desenvolvimento territorial urbano de uma determinada região a partir da criação de um Índice de Desenvolvimento Territorial Urbano (IDTU). A busca por essa definição pode ser justificada pela

ausência de procedimentos metodológicos mais generalistas que permitam aos pesquisadores perceberem mudanças qualitativas e quantitativas nas condições de vida da população em uma escala envolvendo a ideia de território no espaço urbano.

O IDTU é utilizado para perceber o grau de desenvolvimento territorial urbano de um determinado município ou regiões, considerando-se a disponibilidade de informações referentes à Qualidade de Vida e à Estrutura Urbana de um município. Deste modo, o IDTU pode ser aplicado em todos os municípios e/ou áreas metropolitanas que disponham de dados e informações que atendam às dimensões e indicadores.

Considerando-se as dimensões e suas variáveis envolvidas na obtenção do IDTU, a limitação deste índice decorre da ausência de dados atualizados e em escala municipal, e, neste sentido, a aplicação do IDTU em uma dada região poderá ser adaptada conforme a natureza e os elementos da pesquisa.

A proposta metodológica apresentada neste texto parte da simplificação e da clareza. É possível, dadas as ferramentas estatísticas e as bases de dados disponíveis, ampliar o conjunto de dados e usar aplicações mais sofisticadas para estabelecer pesos e fatores às dimensões utilizadas. Dado ao que se propõe, no entanto, a metodologia ora apresentada atende à possibilidade de generalizações sobre o desenvolvimento territorial urbano.

Convém salientar que o IDTU também é um instrumento adequado para monitorar políticas públicas de desenvolvimento urbano ao longo do tempo, tanto no sentido de compreender o movimento das variáveis que influenciam a dinâmica do território urbano quanto na fiscalização do uso de recursos públicos e seus impactos no espaço urbanizado. Nesse sentido, sugere-se novas pesquisas para discutir a aplicação empírica do IDTU em diferentes espaços regionais.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos especiais à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo auxílio à pesquisa por meio de bolsas de estudo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. S. B.; BARROS, T. C. N.; CAMARA, R. L.; SILVEIRA, R. M. Capacidade institucional nos municípios e a governança metropolitana: uma análise da Metrópole Funcional de Natal/RN. In: CLEMENTINO, M. L. M. (org.). *Duas décadas da Região Metropolitana de Natal*. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2019.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *Conceito histórico de desenvolvimento econômico*. Trabalho originalmente preparado para curso de desenvolvimento econômico na Fundação Getúlio Vargas. Versão de 2 de março de 2006.

BRUNO, A. P. Desenvolvimento urbano: o contexto de formulação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. *Ministério do Desenvolvimento Regional*, Brasília, nov. 2020.

CLAVAL, P. O território na transição da pós-modernidade. *Geografia*, v. 1, n. 2, p. 7-26, 1999.

CLEMENTINO, M. L. M.; SILVA, B. N.; ALMEIDA, L. S.; SILVEIRA, R. M. Duas décadas da Região Metropolitana de Natal: estudo da governança metropolitana a partir da elaboração dos Planos Plurianuais municipais. In: CLEMENTINO, M. L. M. (org.). *Duas décadas da Região Metropolitana de Natal*. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2019.

- CORRÊA, R. L. *Estudos sobre a rede urbana*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.
- DALLABRIDA, V. R. Território e governança territorial, patrimônio e desenvolvimento territorial: estrutura, processo, forma e função na dinâmica territorial do desenvolvimento. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 16, n. 2, p. 63-78, 2020.
- DALLABRIDA, V. R. Redeteg: uma rede de pesquisadores comprometida com o estudo sobre desenvolvimento territorial e governança. *Informe Gepec*, v. 23, p. 9-24, 2019.
- DALLABRIDA, V. R.; BÜTTENBENDER, P. L.; BAGGIO, D. K.; BRUM, A. L.; CARNIELLO, M. F.; MUELLER, A. A.; ANDRADE, A. A. V.; GUMIERO, R. G.; DENARDIN, V. F.; ROTTA, E.; MENEZES, E. C. O. Proposta epistêmico-teórico-metodológica referenciada no patrimônio territorial: apresentação do dossiê. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí: Editora Unijuí, v. 21, n. 59, 2023.
- DALLABRIDA, V. R.; MUELLER, A. A.; ANDRADE, A. A. V.; CARNIELLO, M. F.; BÜTTENBENDER, P. L. GUMIERO, R. G. DENARDIN, V. F.; ROTTA, E.; MENEZES, E. C. O. Índice multidimensional da ativação do patrimônio territorial: uma proposta de referencial metodológico para estudos territoriais. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí: Editora Unijuí, v. 21, n. 59, 2023.
- DALLABRIDA, V. R.; TOMPOROSKI, A. A.; TABASCO, J. J. P.; PULPÓN, Á. R. R. Activando el patrimonio territorial como estrategia de desarrollo de regiones estancadas: el caso del territorio del Contestado. *Informe Gepec*, v. 23, p. 89-114, 2019.
- FERRERA DE LIMA, J. *Economia territorial: teoria e indicadores*. Campina Grande: EdUEPB, 2022.
- FREITAS; T. M. de; FERREIRA, C. L. A produção do espaço urbano: formação de território e governança urbana, o caso da quadra 50 da cidade Gama – DF. CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS, 1., 2011, Brasília. *Anais [...]*. Brasília: Code/Ipea, 2011.
- FUINI, L. L. Território e territórios na leitura geográfica de Milton Santos. *Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities Research Medium*, Ituiutaba, v. 6, n. 1, p. 253-271, 2015.
- FURTADO, C. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. (Coleção Estudos Brasileiros, v. 80).
- GAFFURI, J. K. F.; ALVES, L. R. Distribuição espacial do índice regional do crédito rural para o Paraná (2008-2018). *Informe Gepec*, v. 26, n. 1, p. 87-105, 2022.
- GUALDA, N. L. P. IDR – proposta metodológica. *Texto para Discussão*. Programa de Mestrado em Economia – PME. Universidade Estadual de Maringá, 1995.
- GUALDA, N. L. P. O Índice de Desenvolvimento Regional como fator de identificação de pólos de crescimento regionais: uma tentativa de identificação para a economia paranaense. In: ENCONTRO DE ECONOMIA PARANAENSE, 2. 2003, Maringá. *Anais [...]*. Maringá: TAC – Multimídia, 2003. p. 566-583.
- HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Projeções da população, finalidades e método. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/populacao>. Acesso em: 5 mar. 2024.
- JOYAL, A. Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento territorial: uma comparação Québec – Brasil (1960-2010). *Informe Gepec*, v. 23, n. 3, p. 191-209, 2019.
- JOYAL, A.; BESSA, L. F. M. Inteligência territorial e desenvolvimento sustentável: exemplos marroquinos e brasileiros. *Informe Gepec*, v. 16, n. 1, p. 6-25, 2012.
- LEFEBVRE, H. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4. éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início fev. 2006.
- NOGUEIRA, H. C.; SANTOS, C. E. R. Indicadores econômicos: a definição e o uso do índice de movimentação econômica. In: XI SEMANA DE ECONOMIA DA UESB, 11., 2012, Vitória da Conquista. *Anais [...]*. Vitória da Conquista: Uesb, 2012.
- OLIVEIRA, F. O. *Dinâmica econômica e mudanças na organização do espaço na região metropolitana de Natal*. 2019. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) –Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Recife, 2019.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- RAIS. Relação Anual de Informações Sociais. *Base de dados*. Brasília: Ministério do Trabalho e do Emprego, 2023. Disponível em: <http://rais.gov.br/sitio/index.jsf>. Acesso em: 18 nov. 2023.
- SANTOS, M. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Edusp, 1978.
- SANTOS, M. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994. 190 p.

- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. São Paulo; Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec: Anpur, 1993.
- SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: OLIVEIRA, Márcio P.; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy (org.). *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Niterói: PPGE; UFF, 2002.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SAQUET, M. A. Território: a abordagem territorial e suas implicações nas dinâmicas do Desenvolvimento. *Informe Gepec*, v. 23, n.1, p. 23-39, 2019.
- SILVA, A. F. C.; LIMA, L. C. Dinâmicas demográficas e imobiliárias: os primeiros dados do Censo 2022 para a região metropolitana de Natal. *Artigos Semanais*. Observatório das Metrôpoles – Núcleo Natal, 2023.
- SOUZA, C. C. G. de; ALVES, L. R. A especialização e a reestruturação produtiva das atividades econômicas entre as mesorregiões do Brasil entre 2000 a 2009. *Informe Gepec*, v. 15, n. 3, p. 145-161, 2011.
- SOUZA, R. C.; MIRANDA, H. Influência do gasto público no fortalecimento da centralidade de Pau dos Ferros/RN. *Cadernos Metrôpoles*, v. 23, n. 52, p. 1.109-1.134, 2021.
- SZER, L.; ACS, Z.; AUTIO, E.; ORTEGA-ARGILES, R.; KOMLOSI, E.; SZER, L. *Redi: The Regional Entrepreneurship and Development Index – Measuring regional entrepreneurship*. Report. Publications Office of the European Union, 2014.
- WANG, X. Who's in first? A regional development index for the people's republic of China's provinces. *ADB Institute Discussion Paper*, n. 66, 2007.

Autor Correspondente:

Osmar Faustino de Oliveira

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)

R. Universitária, 1619 – Universitário, Cascavel/PR, Brasil. CEP 85819-110

osmarfaustino@yahoo.com.br

Este é um artigo de acesso aberto distribuído
sob os termos da licença Creative Commons.

